

O LUGAR DA FRONTEIRA NA GEOGRAFIA DE PIERRE MONBEIG

Giorgia Limnios

Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Geografia Física
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo
(FFLCH/USP)
giorgiageo@usp.br

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. O Lugar da Fronteira na Geografia de Pierre Monbeig. 361f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

Quando Pierre Monbeig dedicou-se aos estudos das novas fronteiras nos estados de São Paulo e Paraná, ocasionado principalmente pela expansão das culturas do café e algodão, muitas terras já estavam esgotadas pelo intenso uso agrícola. No período em que o geógrafo francês esteve no Brasil, para assumir a cadeira do curso Geografia da USP, entre os anos de 1935 e 1946, curso recém criado por Pierre Deffontaines, o tema sobre as franjas pioneiras foi aprofundado para compreender os processos de formação territorial do Brasil, como a implantação das vias de transporte e o surgimento e/ou desenvolvimento de cidades.

Estruturada em quatro capítulos, a tese apresenta primeiramente um panorama da realidade econômica, política e intelectual do Brasil da era Vargas, quando da chegada de Pierre Monbeig ao país. Os projetos de expansão do povoamento para áreas interioranas, denominadas “Marcha para o Oeste”, a exploração dos recursos naturais e a integração territorial marcaram a terceira fase do primeiro governo Vargas (1930 – 1945), conhecido como ditador do Estado Novo, entre 1937 e 1945. A tese de fronteira, inicialmente formulada pelo historiador americano Frederick Jackson Turner, em 1893, associa esse termo ao “avanço civilizatório da população americana por sobre espaços considerados vazios” (NOGUEIRA, 2013). Monbeig descrevia as franjas pioneiras como “os lugares ainda dominados pela natureza bruta e por populações que apresentavam baixos níveis de desenvolvimento cultural, político e econômico que seriam apropriados e explorados por sociedades tecnicamente avançadas.” Posteriormente, diversos autores enquadraram essa expressão nos estudos acerca dos movimentos espaciais, de caráter eminentemente agrário, então ocorrido no território brasileiro.

Para impulsionar a ocupação territorial para áreas consideradas vazias ou pouco habitadas e dar prosseguimento dos projetos do governo, fez-se necessário estruturar o Estado com “inúmeros institutos, conselhos, ministérios, departamentos, companhias e fundações”

Building the way

além da promulgação de leis e decretos que iriam dar novos rumos ao país. A formação de equipes de pesquisadores de perfil técnico para compor esses quadros foi de grande importância na concretização das ações governamentais, juntamente com os grandes proprietários de terras e empresários.

Na segunda metade da década de 1930 é criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com objetivos de atualizar a cartografia nacional, planejar novos limites regionais do país, levantar e organizar dados estatísticos, definir de regras sobre os topônimos municipais e estabelecer critérios técnicos para delimitação regional, por meio dos elementos naturais. Além do IBGE, foram criados no primeiro governo Vargas o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930), o Ministério da Educação e da Saúde Pública (1932), o Departamento Nacional do Café e Instituto do Açúcar e do Alcool (1933), a Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e o Departamento Administrativo do Serviço Público (1939). A base legal publicada nesse ínterim refere-se ao Código de Minas, ao Código de Águas, ao Plano Geral da Viação Nacional e a Consolidação das Leis do Trabalho (1943). Importante lembrar a grande contribuição dos pesquisadores da Comissão Geográfica e Geológica (CGG) em diversas áreas do conhecimento como geografia, geologia, botânica, meteorologia e hidrologia, documentados por meio de fotos, mapas e textos.

À luz das questões territoriais do país, os cursos superiores de Geografia dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo ganham um reforço extra com a vinda de professores estrangeiros, muitos provenientes da França, para dar mais corpo ao quadro docente das universidades e formar futuros pesquisadores por meio da difusão da ciência das zonas centrais para as zonas periféricas (POLANCO, 1989).

Os escritos de Pierre Monbeig sobre o povoamento das zonas pioneiras no oeste paulista conjuntamente com a descrição das condições naturais e das novas paisagens que se descortinavam, e aquelas já transformadas pela ação humana, caracteriza o que o geógrafo chamou de “fato geográfico”, ou seja, para ele era necessário aprimorar o olhar de forma a abranger a totalidade dos fatos, elaborando a “síntese das relações entre os grupos humanos e os meios naturais”. Isto posto, o autor aborda também no capítulo 2 os fatos ocorridos no território paulista pelo movimento de diferentes tipos sociais (colonos, camponeses, fazendeiros, grileiros, banqueiros, especuladores, entre outros), no processo de organização espacial das paisagens designadas “regiões velhas” e “regiões novas”.

Dando prosseguimento à leitura do texto, a geografia das frentes pioneiras abordada na pesquisa apresenta o caminho percorrido pelo geógrafo francês na descrição das paisagens

Building the way

paulistas e paranaenses. Para Monbeig, a paisagem deveria, ao olhar do geógrafo, ser explicada a partir das relações complexas observadas nos lugares. Com a ampliação da atuação do geógrafo no cenário nacional, diversas pesquisas voltadas ao planejamento territorial estavam voga a partir da década de 1930. Assim, a marcha pioneira do café é descrita em três momentos: o primeiro período, que vai da segunda metade do século XIX ao início do século XX, que marca a expansão cafeeira no estado de São Paulo; o segundo período data do início do século XX até o final da década de 1920, marcado pelo auge da produção do café nos últimos anos desse intervalo e o terceiro momento, a partir do início dos anos de 1930 em que trata das direções das franjas pioneiras e a demarcação das glebas, fazendas e lotes.

Por fim, a formação dos geógrafos brasileiros na Universidade de São Paulo sob influência da geografia francesa e dos movimentos alavancados pelo fenômeno cafeeiro motivaram os futuros pesquisadores a pensar um indicador para a avaliação do desenvolvimento dos lugares. Tal forma de avaliação levaria em conta a valorização da história para entender o presente, a importância das técnicas na organização das paisagens, a relevância das pesquisas de campo e a influência das vias de comunicação (ferrovias e estradas) no desenvolvimento econômico e na alteração do arranjo espacial dos locais estudados.

A diversidade paisagística observada por Monbeig quando das suas incursões de campo e tudo o que estava a acontecer no contexto socioeconômico brasileiro “explicaria a diversidade dos gêneros de vida” (MORAES, 1997). O relevo, os solos, o sistema hidrográfico, as florestas e o clima conduziram migrantes e imigrantes a incorporar, criar e desenvolver técnicas para apropriação dos espaços e expandir a economia. As áreas predominantemente florestadas, pouco humanizadas eram consideradas hostis, atrasadas e a colonização reordenou as paisagens e os modos de vida.

Assim, a pesquisa aqui desenvolvida por meio da obra de Monbeig revela a dinâmica socioespacial do território paulista desde meados do século XIX até a década de 1940. Atualmente, as franjas pioneiras são outras, se localizam em terras bem mais distantes da capital paulista. O arco amazônico é o novo “front” dos desbravadores das florestas, a paisagem mudou, as novas técnicas dão outra velocidade à conquista dos espaços e os pioneiros, continuam sonhadores.

As informações relatadas pelo autor poderiam ser complementadas com registros cartográficos como o mapa a seguir, elaborado pela Comissão Geográfica e Geológica em 1910, em que apresenta as principais culturas praticadas e os caminhos de ferro que acompanharam os movimentos socioeconômicos no Estado de São Paulo. A floresta estacional semidecidual

Building the way

ainda recobria o oeste do território paulista e a floresta ombrófila densa a Serra do Mar, a Serra da Mantiqueira e a Serra da Cantareira. O relevo, com fortes declives, foi o elemento importante para a manutenção das matas tropicais na região do Vale do Paraíba. A vocação econômica se mantinha com a diversificação agrícola e no surgimento das indústrias ao longo do principal curso d' água.

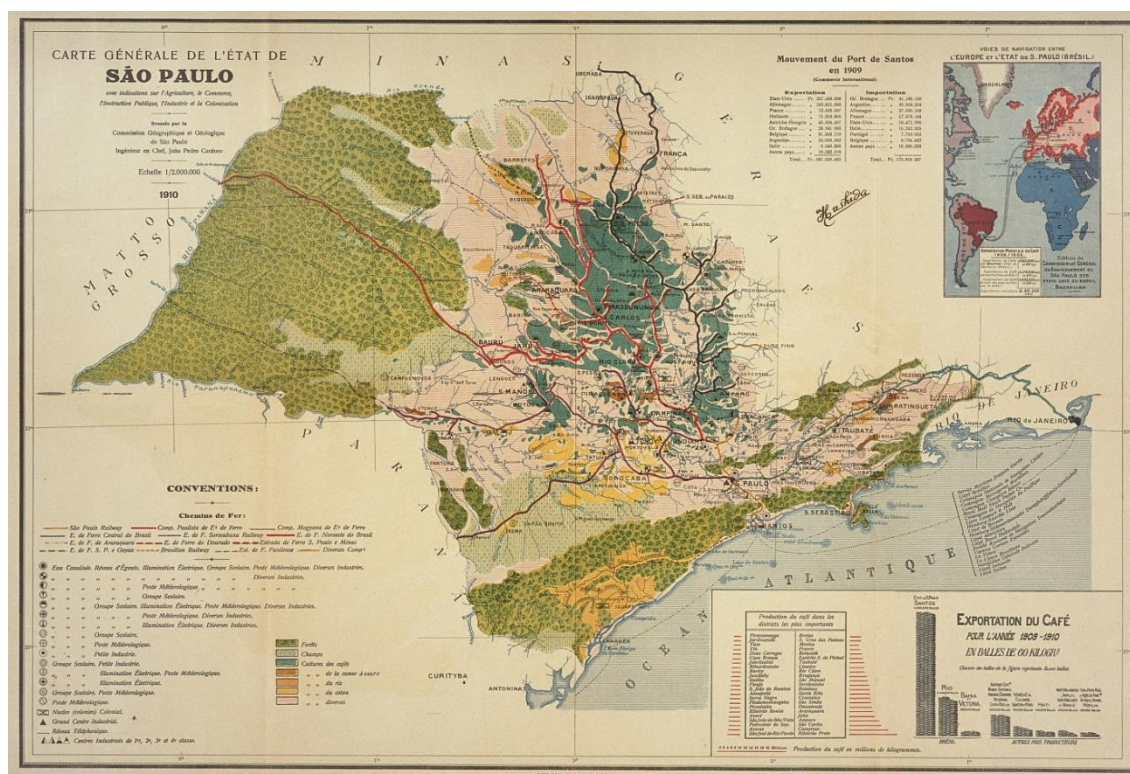


Figura 01. Carta Geral do Estado de São Paulo. Fonte: Elaborado pela Comissão Geográfica e Geológica, 1910.

Carlo Eugenio Nogueira é geógrafo, possui mestrado e doutorado pelo Programa de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é professor do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso e pesquisador associado ao Laboratório de Geografia Política do Departamento de Geografia/USP. Tem experiência docente em nível superior nas áreas de Geografia e Metodologia das Ciências e desenvolve pesquisas com ênfase em Geografia Histórica e História do Pensamento Geográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Building the way

CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). Terra Brasilis (Nova Série) [Online], 3 | 2014, posto online no dia 26 Agosto 2014, consultado em 25/05/2015. URL : <http://terrabrasilis.revues.org/990>.

MONBEIG, P. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Ed. Pólis, Ed. Hucitec, 1994. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva.

MORAES. A.C.R. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: ed. Hucitec, 1997.

NOGUEIRA, C.E. O Lugar da Fronteira na Geografia de Pierre Monbeig. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. Tese de Doutorado, 2013. 361 pág.

POLANCO, Xavier. “Une science-monde: la mondialisation de la science européenne et la création de traditions scientifiques locales.” In: POLANCO, Xavier (dir.) Naissance et Développement de la Science-Monde. Paris, Ed. La Découverte/Unesco, 1989. (pp. 10-53)